

La globalisation du genre: mobilisations, cadres d'actions, savoirs

IONA CÎRSTOCEA, DELPHINA LACOMBE E ELISABETH MARTEU (ORGS.)
Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2018. 290p.

Michelle Paiva*

O livro reúne os resultados do programa de pesquisa coletivo Globalgender, financiado por duas instituições públicas de pesquisa da França, entre 2013 e 2016. Tradução de *gender*, em inglês, e de *genre*, em francês, o conceito forjado no meio acadêmico e feminista estadunidense do final dos anos 1960 foi gradualmente substituindo a terminologia “mulheres”. A partir da 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres em Pequim (1995), o termo *gênero* ficou consagrado como nova terminologia central nos programas de políticas internacionais de cunho igualitarista – *gender mainstreaming*.

É exatamente sobre o sucesso “globalizado” e “globalizante” da categoria “gênero” que as onze pesquisadoras (em Sociologia, Ciência Política, Antropologia e Economia) propõem uma análise crítica, rompendo com a abordagem de lógica binária entre norte/sul, nacional/internacional, local/global. Elas refletem sobre diferentes modalidades de circulação e de transcrição do conceito em ações concretas, nos distintos contextos mundiais estudados. Isso porque, embora *gênero* tenha se tornado categoria de intervenção pública corriqueira no vocabulário dos mais diversos atores sociais (ONU, União Europeia, governos, municipalidades, associações locais, meio acadêmico), o conceito continua sendo objeto de violentas controvérsias e contestações.

* Doutora em Sociologia pelo Université Paris 8. E-mail: michelle.paiva.br@gmail.com

O livro divide-se em três partes temáticas, cada uma correspondendo à perspectiva analítica e à abordagem adotada por um grupo de pesquisadoras. Seguida da introdução assinada pelas organizadoras, a primeira parte do livro, “Expertise”, conta com três capítulos. Neles, as autoras analisam as trajetórias constituídas a partir da experiência militante, associativa ou acadêmica de algumas especialistas em gênero. O primeiro capítulo, da socióloga Ioana Cîrstocea, situa-se no contexto da derrubada do muro de Berlim (1990-2000) e visa compreender os mecanismos sociais em obra na produção e na circulação de repertórios ligados ao gênero enquanto “plataforma” transnacional de socialização feminista no Leste Europeu. Nele, a análise dos perfis de algumas “pioneiras” do gênero indica um feminismo em ruptura com o discurso de igualdade socialista e conectado com a retórica das instituições internacionais no contexto do processo de democratização.

Lucia Direnberger trata, no segundo capítulo, da questão do “tornar-se especialista em gênero” a partir de trajetórias socioprofissionais de especialistas do Tajikistão de 1990 a 2015. Ocupando funções heterogêneas, algumas vezes em organizações internacionais, as entrevistadas são estigmatizadas enquanto minoria religiosa, devendo pôr em prática estratégias para enfrentar essas relações sociais de poder.

Ainda na primeira parte do livro, Isabelle Giraud analisa a situação de descontentamento de feministas com o projeto cosmopolítico feminista iniciado em nível internacional nos anos 1990. Longe do cosmofeminismo cidadão esperado, as entrevistadas revelam a realidade do cosmofeminismo onusiano, no qual a elaboração de políticas relativas aos direitos das mulheres cabe a algumas poucas ONGs (cosmofeminismo de elite) que têm acesso a esse cenário.

A segunda parte do livro traz cinco capítulos que analisam a relação do processo de globalização do gênero e – *mobilizações e politizações* – de interesses sociais. O capítulo de Jules Falquet se debruça sobre a trajetória de um grupo de feministas engajadas na visibilidade política dos crimes sexuais cometidos durante a guerra dos anos 1980 na Guatemala. A partir de uma reflexão conceitual em termos de feminismo decolonial, Falquet propõe um paralelo entre feminicídio e extrativismo mineral, à medida que ambos atentam contra o “território-corpo”.

Já o interesse de Azadeh Kian recai sobre a experiência de reapropriação de normas de gênero globalizadas por feministas turcas, oriundas de classes populares e normalmente excluídas dos circuitos de elaboração dos discursos hegemônicos. Apoiadas pela massificação do ensino superior, essas militantes encontram os meios de questionamento de normas e interrogam as especificidades religiosas e nacionais a fim de propor ações universalizantes.

O estudo de Delphine Lacombe trata da questão das violências sexuais intrafamiliares na Nicarágua. Ela mostra como a linguagem do Direito, em especial a dos direitos humanos, possibilita a militantes feministas, distanciadas do partidarismo sandinista, se tornarem atrizes de um trabalho humanitário de envergadura internacional, agindo para a judicialização dessas violências e para o amparo psicológico das vítimas.

Elisabeth Marteu se interessa pelas formas de reapropriação da resolução 1325 – “mulheres, paz e segurança”, do Conselho de Segurança da ONU – por

movimentos feministas nos espaços israelo-palestinos. Sem de fato contribuir para pacificação, a resolução legitima ações em ambos os territórios.

A pesquisa de Monique Selim trata do caso de jovens chinesas declarando-se publicamente lésbicas e que encontram apoio psicológico e financeiro de ONGs estrangeiras a fim de impulsioná-las em ações coletivas; isso num cenário em que a repressão política lhes oferece grande risco.

A terceira parte do livro é constituída por três estudos sobre variantes comerciais e burocráticas do gênero globalizado. O capítulo de Jane Freedman analisa os limites dos programas internacionais no combate às violências sexuais de gênero no Congo. Segundo a autora, o ponto principal desses limites é que as ações desses programas se concentram unicamente contra os estupros cometidos por homens armados durante os conflitos.

Isabelle Guérin tece uma análise socioeconômica da opressão estrutural das mulheres a partir do caso dos programas de microcrédito, resultado de políticas de desenvolvimento na Índia. A experiência mostra que essas mulheres têm aspirações e traçam caminhos que lhes são próprios, distintos daqueles imaginados pelos desenvolvimentistas e pelos capitalistas.

Por fim, o capítulo de Amélie Le Renard mostra como o *gênero* é instrumentalizado por governo, organizações internacionais e instituições financeiras no sentido de favorecer relações comerciais e diplomáticas. Isso por meio de uma utilização midiática e seletiva em prol dos “direitos das mulheres sauditas” e da ocultação das práticas cotidianas de desigualdade de gênero.

Na conclusão do livro, Ioana Cîrstocea, Delphine Lacombe e Elisabeth Marteu sublinham a plasticidade da qual a categoria gênero é dotada e que explicaria bastante do seu sucesso. Este é analisado de forma crítica, já que sua reapropriação pelos mais diversos atores (militantes, acadêmicos, representantes de instituições internacionais) em diferentes escalas (local/nacional/inter, supra ou transnacional) forma um sistema e se traduz em ações heterogêneas, com propósitos mais ou menos coerentes com o pensamento feminista.

As autoras destacam, na conclusão do livro, dois aspectos centrais suscitados pela pesquisa. A primeira diz respeito a como estudar o feminismo. Para elas, a resposta para essa questão passa pela importância de se repensar a oposição entre feministas “institucionais” e “autônomas”. Para tanto, o estudo dos perfis e trajetórias seria um caminho analítico propício à desconstrução e à historicização das práticas. A segunda, no que tange à instrumentalização das normas de gênero por Estados e organizações políticas a fim de darem continuidade a seus projetos econômicos. Os avanços obtidos no sentido da igualdade de gênero no plano jurídico são contraditos na prática, pela ressignificação dessas leis nos diferentes contextos políticos observados.

Em suma, o livro realimenta o acervo feminista-materialista de forma inspiradora, fornecendo exemplos originais de alguns riscos oferecidos pela circulação e reapropriação de categorias à ambição subversiva e libertadora, como é o caso da categoria *gênero*.